



A IMPRENSA NO CEARÁ

NOTAS POR

JOÃO BAPTISTA PERDIGÃO DE OLIVEIRA

Ao digníssimo presidente do «Instituto do
Ceará» Desembargador Paulino Nogueira.

(CONTINUAÇÃO) (*)

Pernambuco occupa o quarto lugar da lista, chronologicamente fallando, quanto á posse da imprensa no presente seculo, e cabe á Cidade do Recife a honra de ser a primeira localidade da antiga Capitania, hoje Estado, que a admittiu em seu seio.

Tendo o negociante d'aquella Cidade Ricardo Fernando Catanho feito, em 1815, encommenda, em Inglaterra, de uma typographia, solicitou para o seu regular funcionamento a necessaria licença do Governo, e este mandou ouvir ao Governador e Capitão General de Pernambuco, a quem enviou o requerimento por Avizo de 29 de Março do mesmo anno.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro (tal era o

(*) Vide Revista de 1893, pagina 254.

Governador) informando em officio de 22 de Maio de 1816, depois de mostrar em breve raciocinio as vantagens da civilisação e que a maior ou menor prosperidade das nações depende do maior ou menor florescimento das sciencias e das artes, conclue pelo deferimento da pretensão, visto como entende que a typographia é uma das mais uteis invenções e a que mais contribuiu para adiantar e propagar os conhecimentos humanos; devendo, porém, adoptar-se em Pernambuco o mesmo systema de licença, revisão e censura já estabelecido na Bahia.

Attendendo ás ponderações, expostas, El Rey resolveu conceder a licença requerida, permittindo ao negociante Catanho estabelecer no Recife, onde já havia chegado, a typographia que mandára vir de Londres; devendo, porém, preceder licença do Governador de Pernambuco, de accordo com o Bispo Diocesano, para poder elle imprimir ou reimprimir qualquer obra que previamente seria revista e approvada por censores escolhidos ou nomeados, pelo Governador, entre pessoas de conhecimentos e probidade, que julgasse capazes, e pelo Bispo, entre os Ecclesiasticos de avantajado saber e de costumes morigerados; conforme tudo foi communicado pelo Marquez de Aguiar (32) ao mencionado Governador, no Avizo de 9 de Novembro de 1816.

Eis a integra desse importante documento, que para aqui transcrevo da interessante monographia do illustrado Snr. Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, á qual por vezes me tenho referido:

«Ill.^{mo} Snr.—El-Rei meu Senhor, conformando-se com as sabias reflexões que V. S.^a offereceu no seu officio n.^o 16 de 22 de Maio sobre a utilidade do estabelecimento de uma typographia em Pernambuco, para se diffundir os conhecimentos humanos e promover a civilisação: é servido deferir a Ricardo Fernandes Catanho com a licença que requereu para poder alli estabelecer uma imprensa, devendo preceder licença do V. S.^a do

(32) D. Fernando José de Portugal.

acordo com o Bispo dessa Diocese, para a impressão ou reimpressão, de qualquer obra, sendo antes revista e approvada por censores que V. S.^a deverá nomear entre as pessoas que julgar capazes por seus conhecimentos e probidade e o Bispo entre os Ecclesiasticos de avantajado saber e bem morigerados costumes.

Deus Guarde a V. S.^a.

«Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1816.

Marquez de Aguiar.

« Snr. Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco ».

Não obstante a concessão da licença e achar-se já no Recife todo o material, a typographia não conseguiu funcionar, á falta de pessoal habilitado, senão depois do rompimento da revolução republicana, operado a 6 de Março desse anno.

Indubitavelmente, foi esta circumstancia que levou a M.^{or} Ferdinando Dinis a suppôr, erroneamente, que a imprensa Pernambucana deve-se áquella revolução, e ainda mais, que a primeira typographia viera propositalmente para o seu serviço, conforme se deprehende das seguintes palavras:

« O que havia de notavel no movimento insurreccional, era a imprevidencia com que fôra disposto.

« Não existia typographia em Pernambuco. Os homens do poder não tinham mesmo a sua disposição esse poderoso agente de todas revoluções modernas.

« Mandou-se vir um prelo e typos de Londres, mas, depois de chegados, não se sabia onde encontrarem-se operarios para dolles se utilizar; dous frades, um inglez e um marujo transformaram-se ás pressas, em operarios tyrographos.

« Sentia-se, organisando-se essa imprensa, que havia grande necessidade desse poderoso meio de dirigir a opinião publica». (33)

(33) *L'Univers—Le Brésil*—pag. 2633.

Poucos dias depois daquelle movimento, em 28 de Março, começou a typographia a produzir *Precisos*, proclamações, etc., tudo impresso no papel do antigo sello, com as armas reaes voltadas para baixo, como referem os *Martyres Pernambucanos*.

Segundo affirma o Snr. Dr. Pereira da Costa, o primeiro trabalho sahido dessa imprensa traz o titulo—
« Preciso dos successos que tiveram lugar em Pernam-
« buco, desde a faustissima e gloriosissima revolução
« operada felizmente na praça do Recife, aos seis do
« corrente mez de Março em que o generoso esforço
« dos nossos bravos patriotas exterminou daquella parte
« do Brasil o monstro infernal da tyramnia real ».

E' um documento do summo valor historico, que comprehende todo o movimento daquella revolução, do 6 a 10 de Março, e que se deve á penna do venerando martyr José Luiz de Mendonça, conforme a affirmacão do mesmo Snr. Dr. Pereira da Costa. E' um avulso infolio com uma folha de impressão.

Encontrei um exemplar desse rarissimo *Preciso* na preciosa collecção de documentos antigos de meu pre-sado amigo e mestre, o Snr. C.^{el} João Brigido, que por vezes tenho compulsado, por bondoso obsequio de S. S.; existe um outro exemplar no Archivo Publico do Rio de Janeiro.

O Snr. Dr. Pereira da Costa reproduziu-o em sua integra na monographia sobre a imprensa de Pernam-buco; o Snr. Dr. Francisco Muniz Tavares tambem delle se servio na *Historia da Revolução de 1817*, vindo, porem, supprimidos o titulo e a indicacão da typographia.

Esta indicacão era a seguinte: *Na Off. Typ. da Republica de Pernambuco 2.^a vez restaurada, 1817.*

Outros trabalhos sahidos dessa typographia, que ainda existem, trazem a declaracão de serem impressos na «Officina Typographica da 2.^a Restauracão de Pernam-buco»,—donde se verificam as denominações da mesma typographia.

O serviço artistico da imprensa foi entregue a James Pinches, cidadão inglez, que assim constituiu-se o intela-

dor da arte typographica em Pernambuco; a direcção litteraria, porem, foi confiada ao Rvd.^{mo} padre João Ribeiro Pessoa, conforme consta do depoimento de um dos implicados naquella revolução, o Dr. Antonio Carlos de Andrade Machado e Silva.

No projecto de lei organica que devia reger provisoriamente a Republica, foi estabelecida a liberdade de imprensa, ficando, porem, o autor de qualquer escripto e o impressor sujeitos a responder pelos ataques feitos á religião, á constituinte, bons costumes e caracter dos individuos, na maneira determinada pelas leis em vigor.

Suffocada a revolução, era bem de prever que á imprensa, que havia prestado importantes serviços á causa da republica, não podia deixar de ser sequestrada pelo governo legal.

E assim aconteceu; o Ministro dos Negocios Ultramarinos, que então era Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, em Avizo de 15 de Setembro de 1817, dirigido ao Governador de Pernambuco Luiz do Rego Barreto scientifica-lhe que, tomando o Governo em consideração o infame abuso que se fez da officina typographica em Pernambuco, houve por bem cassar a licença que, por Avizo de 9 de Novembro de 1815, concedêra para o seu estabelecimento, pelo que determinava-lhe que fizesse fechal-a e remetter todo o material para o Rio de Janeiro.

Para cumprir tal determinação, o Governador re-commenda, em 4 de Novembro seguinte, ao tenente-coronel Raymundo José da Cunha Mattos, Inspector do Trem Real, (actualmente arsenal de guerra) que mediante exacto inventario, fizesse tomar conta da imprensa que se achava a cargo de João Francisco Carneiro Monteiro, no Poço da Panella.

Bem depressa foi cumprida a ordem do Governador, porquanto quatro dias depois já o Inspector do trem real prestava informações sobre o estado em que fôra encontrada a typographia, e apresentava o inventario do material apprehendido, exprimindo-se nos seguintes termos:

« Il.^{mo} Snr. —Tenho a honra de remetter a V. S.

para subir a presença do Illm. Snr. General, o inventario a que se procedeu no sitio Poço da Panella de todos os artigos e utensilios pertencentes á preença typographica, e assim mais do papel que se achava com a dita preença em casa de João Francisco Carneiro Monteiro.

« Cumpre scientificar a V. S. que os typos estavam misturados uns com os outros, o papel espalhado pelo chão, a armação cheia de cupim, de forma que ignoro absolutamente se a dita preença está completa e se ha falta tanto nos typos como nas peças de ferro e páo da machina.

« Deus guarde a V. S.—Trem Real 8 de Novembro de 1817.—Illm. Snr. José Carlos Mayrink da Silva Ferrão.—*Raymundo José da Cunha Mattos*, Tenente-coronel inspector ».

A imprensa permaneceu por muito tempo deppositada no Trem Real, não obstante a terminante ordem do Avizo de 4 de Setembro de ser immediatamente remetida para o Rio de Janeiro; e somente em 18 de Setembro de 1818, e á vista de reclamação do Ouvidor geral da comarca do Recife, Dr. Antero José da Maia e Silva, é que o Governador de Pernambuco determina ao Inspector do Trem que faça embarcar a bordo do brigue *Gavião* os utensilios pertencentes á officina typographica apprehendida aos rebeldes; ordem esta que não foi cumprida, por quanto em 6 de Fevereiro do anno seguinte (4819) foi recommendado áquelle Inspector que fizesse entrega ao Intendente da Marinha, da imprensa typographica que se achava depositada nos armazens do Trem, e só assim ella seguiu para o Rio.

Affirma o Snr. Dr. Pereira da Costa, que é tradição corrente que não foi remettido todo o material da typographia, deixando o Governador Luiz do Rêgo Barreto ficar depositada no Trem um boa porção de typos, sem duvida á espera de melhor opportunidade para estabelecer uma outra typographia, e que, mais tarde, mandou fazer nas officinas do mesmo trem um prélo de madeira, e servindo-se daquelles typos creou, para a pu-

blicação dos actos officiaes, uma typographia que começou a funcionar em Março de 1821 em uma dependencia do Trem.

Nesse mesmo mez, o Governador officia ao Dr. Ouvidor Geral da Comarca Antonio José da Maia e Silva, determinando-lhe que, independente da licença que concedêra para se imprimir os actos do Governo e alguns periodicos tendentes a conservar o bom espirito publico e a união dos povos, convinha que elle, na qualidade de Intendente da Policia, passasse a rever todos os papeis que qualquer particular tivesse de dar ao prelo, os quaes não seriam recebidos sem o seu consentimento, afim de que «sejam conformes á boa moral, e que não se desviem dos sentimentos que conduzem ao amor do nosso Augusto Soberano e da Sagrada Religião que professamos e do interesse do povo.»

Dessa officina typographica ainda se encontram diversos impressos, entre elles, sendo talvez os primeiros della sahidos, uma Proclamação do Governador Luiz do Rego, datada de 3 de Março de 1821, uma Noticia, com data de 9 do dito mez, dando conta da resolução do Conselho convocado para deliberar sobre as medidas a tomar em face dos acontecimentos politicos da Bahia, relativos á proclamação da Constituinte Portugueza.

Nessa typographia é que foi impresso o primeiro periodico que se publicou em Pernambuco, sahido, na cidade do Recife, a 27 de Março de 1821, sob os auspicios do Governador da Captañia e direcção e redacção de Rodrigo da Fonseca Magalhães, portuguez militar que veio azilar-se no Brazil desde 1817, fugindo ás perseguições politicas, de que por suas idéias liberaes, era victima em sua Patria onde, mais tarde, regressando, representou papel saliente; occupando posições superiores, taes como de deputado, par do Reino, ministro de Estado, etc.

O jornal que se denominava *Aurora Pernambucana* trazia a indicação de ser publicado *com licença do Ministro da Policia*, e «constitue um marco indelevel e

solemne que assignala a epocha em que entre nós começou existir a liberdade de imprensa», no dizer do mesmo Snr. Dr. Pereira da Costa.

Em tudo quanto acima deixo escripto, segui de perto á importante monographia desse tão illustrado quão operoso cultor da Historia, sob a denominação de «Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco», a que por vezes me tenho referido, copiando textos inteiros, sem dar-lhes outra forma.

Sei que o illustrado Snr. Dr. Alfredo de Carvalho, residente em Pernambuco, tem em mão um trabalho curioso sobre a imprensa do Brazil, e que promette dar em breve á luz da publicidade a parte relativa a Pernambuco.

Um illustrado Maranhense, o Snr. Francisco Sotero do Reis, escreveu:

« A instituição da imprensa periodica, uma das mais fortes alavancas da liberdade moderna, foi introduzida no Maranhão no ultimo periodo do dominio Portuguez, com a irrupção das idéias liberaes que grassaram em Portugal por occasião da revolução 1820. »

De facto, o fim da administração de Bernardo da Silveira Pinto, ultimo Governador e Capitão General de Maranhão foi assignalado com o estabelecimento da arte typographica na Capitania.

Em 9 de Novembro de 1821 dirigiu elle um officio ao Ministro Joaquim José Monteiro Torres, em que diz que, apenas o Maranhão tinha abraçado o systema constitucional, proclamado em Portugal, manifestaram-se os seus habitantes desejosos de gosarem das vantagens da imprensa, maxime quando na Capital já se publicava uma gazeta em manuscripto, que contava grande numero de assignantes, e por isso tinha elle mandado buscar de Inglaterra por conta da Real Fazenda, uma typographia com todos os seus pertences, e de Lisboa os competentes operarios, o que tudo havia chegado a salva-

mento e em bom estado, no dia 31 de Outubro do mesmo anno. (34)

Para administrar a typographia, o Capitão General nomeou, por acto do dia 4 de Novembro, uma Comissão composta do Desembargador José Leandro da Silva e Souza, como Presidente, do official maior da Secretaria do Governo Antonio Marques da Costa Soares, como Secretario, de Manoel José Ribeiro, como Thesourero, e porque este não acceitou o encargo foi nomeado para o substituir Leandro José da Silva Guimarães; finalmente o Secretario foi nomeado tambem para o logar de Director da officina.

Foi expedido um Regulamento, estabelecendo os deveres da Comissão administradora, que erão, alem da escripturação e responsabilidade da receita e despesa, inventariar e arrecadar a imprensa e mais objectos typographicos, formular o plano sobre o methodo dos trabalhos, fiscalisar a compra e a conservação dos typos e mais artigos e, finalmente, arbitrar o preço dos impressos ou annuncios particulares, dando-lhes preferencia.

Por essa mesma occasião, foi determinado que as despesas correrião por conta do Erario publico, enquanto as vendas da typographia não pudessem satisfazer-as.

A Comissão administradora celebrou a sua primeira reunião no dia 15 do mez de Novembro, iniciando, assim, os respectivos trabalhos.

Os primeiros empregados e unicos operarios da imprensa forão Francisco José Nunes Côrte Real, compositor, percebendo a diaria de mil e duzentos réis; Francisco Antonio da Silva, impressor, percebendo a de mil e seiscentos réis; Antonio da Silva Neves, ajudante do compositor e Amanuense, ganhando a de seiscentos e sessenta e seis réis, e, enfim, Antonio Pedro Nolasco, guarda e servente da officina, a de duzentos réis.

(34) Por esse officio, vê-se que equivocou-se o illustrado auctor dos *Sessenta annos de jornalismo*, quando afirma que a primeira typographia do Maranhão foi comprada em Lisboa.

« Registrem-se estes nomes (escreve o provecto historiador maranhense, Dr. Cezar Augusto Marques) embora obscuros, como os dos primeiros operarios do progresso e da luz da civilisação. »

A typographia foi installada no edificio que, annos depois, foi convertido em Hospital da Santa Caza de Misericordia, tendo então mui modestas proporções.

Grande alvoroço e contentamento produziu a chegada da typographia; enquanto arrumavam-se os canteiros, fazia-se a distribuição dos typos nas caixetas, montava-se o prélo, o edificio era constantemente visitado pela população da cidade.

Entre as familias que lá compareceram, achava-se uma acompanhada pelo Major Rodrigo Pinto Pizarro, então ajudante de ordens do Governador.

Todos mostraram ardente desejo de ver como a imprensa trabalhava; os operarios quizeram satisfazer o pedido das senhoras maranhenses, e empunharam os competentes componedores, mas... o que compor perguntaram elles, falta-nos original?

Então, o major Rodrigo Pinto no intuito de agradar ao bello sexo, senta-se ao lado de uma meza e em seguida improvisou, dando em segredo, para mais aguçar a curiosidade, aos compositores, e em breve do prélo sahru, como um cortejo ás senhoras, que o acompanhavam esta

DECIMA

« Certas deidades um dia
Seguidas do deus vendado,
Foram vêr por descnfado
A nova typographia!
Uma pagina se imprimia,
Não sei de que natureza
Mas Cupido com destreza
Taes voltas nos typos deu;
Que na estampa appareceu:
Viva amor! Viva a belleza! »

Assim refere o Dr. Cezar Marques como deo-se a impressão do primeiro trabalho sahido do prélo da typographia Maranhense, o accrescenta que o impresso, recebido com muita alegria, causou admiração, foi bastante commentado e em breve derramaram-se pela cidade muitos avulsos.

A gazeta manuscripta, a que se referiu o Governador no officio de 9 de Novembro, em outro lugar mencionado, era o *Conciliador do Maranhão*, que existia na cidade de S. Luiz desde 21 de Abril de 1821, sabindo centenas de exemplares que com avidez crão lidos. Era então preparado no pavimento terreo da caza que foi Collegio dos Jesuitas, e, mais tarde, o Tribunal da Relação do Districto.

Chegada a primeira typographia, em seu prélo passou o *Conciliador* a ser impresso, desde esse mesmo anno, até o de 1823, quando desapareceu; vindo a ser por tanto, o primeiro jornal da provincia. Era jornal official e noticioso, do tamanho de uma folha de papel almaço commum.

« Como são instaveis as cousas deste mundo! »
Exclama o illustradissimo Snr. Dr. Cezar Augusto Marques.

De facto, o estabelecimento da typographia, que foi considerado como um dos muitos bons serviços prestados por Silveira á Capitania do Maranhão, constituiu-se, dentro em breve, um capitulo de accusação contra o seu governo!...

Transcrevo, textualmente, para aqui as palavras de tão abalisado escriptor :

« Pouco tempo depois, em 18 de Dezembro desse mesmo anno n'uma representação, firmada por sessenta e cinco cidadãos e dirigida á S. Magestade, accusaram Silveira de « prodigo dos fundos publicos e avido de lisonja, a ponto de mandar pagar cincoenta mil réis por mez a Antonio Marques da Costa Soares, um dos redactores ostensivos do abjecto periodico *Conciliador*, alem de o ter criado official-maior da secretaria do governo, com ordenado, logo que se fechou o theatro da Capital,

no qual era traductor e ao mesmo tempo ensaiador de comicos, e tudo em remuneração dos nauseativos elogios e hymnos a este general que fez representar e cantar no dito theatro, depois do 6 de Abril, creando-o tambem director da imprensa, que mandara vir e mantinha á custa da Fazenda nacional com excessivo estipendio, afim de fazer circular mais facil e extensamente os seus elogies e doutrinas offensivas, com que pretendia illudir o povo para seus malevolos fins e libellos contra alguns particulares, a quem o mesmo governador odiava. »

Até 1830 foi essa a unica imprensa da Provincia, e que compunha-se de pequeno material e um prélo de ferro conhecido pelo nome de—Agua, porque a sua cabeça representava uma dessas aves.

Depois da Independencia a typographia passou a ter a denominação de —*Typographia Nacional Imperial*.

Nesse anno, Clemencio José Lisboa fundou outra typographia, a que deu o nome de—*Typographia Constitucional*, a que seguiram-se muitas outras até que, em 1843, Francisco de Salles Nunes Cascaes, regressando da Europa, trouxe prélos Francezes e introduziu nas officinas então existentes alguns melhoramentos typographicos.

Mais tarde, a typographia *Progreso*, de propriedade dos Drs. Fabio Reis e Theophilo Carvalho mandou vir prelos Americanos.

« Foi nessa officina, que distinguin-se pela pericia e primor artistico, o notavel typographo—editor Belarmino de Mattos, denominado com justa razão o *Didot Maranhense*. Foi Belarmino o editor das mais notaveis obras que se publicaram no Maranhão, e a par da perfeição com que faziam-se as impressões em suas officinas, era muito para admirar a satisfação e enthusiasmo que elle mostrava, quando de seus prelos sahiam escriptos excellentes de seus comprovincianos illustres. » (35)

Um portuguez muito intelligente, estudioso e ver-

(35) *Sessenta annos de jornalismo*, por Ignotus (Joaquim Serra).

dadeiramente apaixonado pela sua profissão, o Snr. José Maria Correia de Frias, fundou também uma typographia que tornou-se uma das actaveis da Provincia, pelos progressivos melhoramentos, pela perfeição e bom gosto de seus trabalhos. Foi o Snr. Frias quem iniciou grandes tiragens de obras de grande tomo, --produzindo de 10 a 16 mil exemplares, quando até então as maiores eram de mil.

A imprensa Maranhense é uma das que tem representado papel mais saliente no Paiz, já pela importancia da politica que exerceu, já pelo valor litterario dos que nella trabalharam.

A sua frente estiveram homens de letras, estadistas os mais notaveis, de estatura moral e saber de Gonçalves Dias, Candido Mendes de Almeida, Celso Magalhães, Sotero dos Reis, Odorico Mendes, Cezar Augusto Marques, Frederico José Correia, Cantanhedes, Vilhena, Arthur de Azevedo e tantos outros, muitos dos quaes já desapareceram da lista dos vivos.

Os trabalhos artisticos são de grande perfeição no desempenho, pela nitidez e bom gosto.

O Snr. Augusto Emilio Zaluar em seus interessantes artigos publicados no *Globo*, do Rio de Janeiro, e que depois distribuiu em folhetos, a proposito e durante a Exposição Nacional de 1875, tratando dos trabalhos sahidos da imprensa Maranhense, falla da bella edição das obras completas de Gonçalves Dias, na traducção do poema *Eloá*, de C. de Lavigne, pelo Snr. Gentil Homem, e em outros muitos livros editados no Maranhão, dignos de hobrear-se com as elegantes edições da França e da Belgica.

Já na Exposição Nacional de 1866, as officinas dos Snrs. Belarmino de Mattos e Frias forão as unicas que obtiveram premios por seus trabalhos.

A Historia da imprensa Maranhense já está escripta, e muito bem escripta, até certa epocha, nas valiosas monographias: *Historia da Imprensa em Maranhão*, do abalisado escriptor Brasileiro Dr. Cezar Augusto Marques, e *Sessenta annos de jornalismo*, do saudosissimo

Joaquim Serra, que por nimia modestia occultou-se sob o pseudonymo de *Ignotus*.

Nesses importantes escriptos foi que respiguei a maior parte das noticias, que aqui ficam apontadas.

Pela mesma epocha (1821) inaugurava-se a imprensa Paraense, sendo que as mesmas idéas, as dos movimentos politicos operados em Portugal, em Setembro de 1820, foram a causa motriz de seu apparecimento.

Historiemos.

Felippe Alberto Patroni (36) moço de imaginação ardente e caracter irrequieto, dada a convocação das Côrtes Portuguezas, pensando que estas seriam favoraveis ao seu paiz natal, interrompe seus estudos academicos, que então fazia na Universidade de Coimbra e embarca na galera *Nova Amazonas*, com destino ao porto de Belem do Pará, onde chegou a 10 de Dezembro de 1820, constituindo-se, desde logo, defensor do novo systema Constitucional que a Metropole pretendia estabelecer com o apoio dos Portuguezes.

No dia 1.º de Janeiro de (1821) reunidos, ao toque do rebate, no Palacio do Governo, os membros da camara Municipal, os Governadores provisórios e diversos outros cidadãos, o Coronel Commandante do segundo regimento de infantaria de primeira linha Francisco José Rodrigues Barata proclamou em nome do povo e da tropa a Constituição Portugueza e pediu a eleição de uma Junta constitucional composta de nove membros.

Eleita e empossada a Junta, enviou commissarios, uns aos pontos principaes do interior da Provincia, que não haviam ainda manifestado sua approvação ao movimento revolucionario, outros ao Rio de Janeiro e á Lis-

(36) Em diversos documentos encontra-se o nome assim Felippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, e em outros Felippe Alberto Patroni Maciel Parente.

bôa, levando participações officiaes dos successos e protestos de submissão.

Patroni e Domingó Simões da Cunha (37) foram escolhidos para esta ultima commissão (38), e ambos fizeram-se de vela, para Portugal, sendo alli apresentados á Regencia do Reino por credenciaes de 5 e 6 de Fevereiro.

Chegando á Lisbôa, dirigiram-se logo, no dia 31 de Março á Regencia, e nessa occasião Patroni expoz em breve discurso o fim da missão que alli os conduzia, protestando em nome do Governo do Pará e de seus concidadãos franca adhesão ás Cortes e aos actos d'ella emanados.

No dia 5 de Abril, previamente designado, os dous Commissarios compareceram perante o Congresso, sendo recebidos com todas as honras do estylo, acompanhados até a sala da espera pelo Ministro da Marinha e dahi pelo Secretario da Assembléa até as cadeiras que estavam-lhes designadas, á esquerda do Presidente, e então Patroni, obtendo a palavra, proferiu um discurso, terminado este, ambos os commissarios retiraram-se com as mesmas formalidades da recepção.

Não sendo favoraveis ao Brazil as intenções das Cortes, Patroni convenceu-se logo que nada havia que esperar da Metropoli; e começou a preparar os animos de seus conterraneos para a grande obra da emancipação da patria.

Em uma *circular* que redigiu, annunciando a eleição da nova Junta Administrativa, provocou a seus provincianos a séguir o exemplo de Pernambuco, prometendo breve regresso a sua terra natal.

Colligando-se aos tres irmãos Vasconcellos (39)

(37) Alferes de Milicias.

(38) O Snr. Felippe José Pereira Leal em sua Memoria sobre os acontecimentos politicos que tiveram lugar no Pará em «1822 e 1823» diz que Patroni não conseguindo eleger-se membro da Junta começou a censural-a, d'ahi a sua commissão a Lisboa como meio de evital-o.

(39) João Fernandes, Julio Fernandes e Manoel Fernandes de Vasconcellos.

estes partiram logo de Lisboa para o Pará conduzindo a circular, e, alli chegados, deram começo a propaganda da independencia procurando o apoio dos Paraenses mais distinctos, por cujo motivo foram denunciados pela Camara Municipal e José Ribeiro Guimarães.

Processados, foram todos tres presos em differentes fortalezas, e, depois enviados a Portugal, onde se conservaram em custodia até Maio de 1822, quando foram annistiados.

Foi expedida escolta para Salinas, afim de prender Patroni a sua chegada de Portugal, porque nas denuncias dadas fôra incluído como agente principal da revolução premeditada.

Os commissarios (Patroni e Simões da Cunha) reunindo-se a José Baptista da Silva que tambem nesse tempo chegava á Lisboa, onde tinha ido á procura de alguma graça por identicos serviços, trataram de comprar uma typographia e envia-la para o Pará.

Dada a compra, contrataram o typographo Daniel Garção de Mello, com o qual Simões fez-se logo de vela para o Pará.

Chegando a Belem apresentou-se ao Coronel João Pereira Vilça, debaixo de cujas ordens trata de estar no serviço militar; e para attrahir sympathias poz a typographia á disposição deste e de Marcello Antonio Fernandes; em consequencia disto começou a mesma typographia a trabalhar sob direcção Portugueza.

Por essa mesma epocha chegaram á Provincia o francez Luiz José Lazier, que andava foragido de França como partidario que era de Napoleão I, e o hespanhol João Antonio Alvares, ardente partidario do systema republicano, ambos foram contratados para a typographia, visto serem habilitados em trabalhos de imprensa.

Muitos escriptos vindos de Portugal corriam pelo Pará, censurando acremente á Junta provisoria por abuso, o que deu lugar a mesma Junta, receiosa de novas censuras, revogasse a ordem de prisão contra Patroni.

Este trasido preso de Salinas, não foi recluso na

Fortaleza da Barra, conforme a primeira determinação, desembarcando livremente na cidade de Belem, em dias de Janeiro de 1822, com José Baptista da Silva que consigo viera de Lisboa no mesmo navio.

Encontrando a typographia sob a direcção de seus adversarios, trataram de resgatal-a, chamando a si os typographos; Daniel Garção acompanhou-os, mas Lazier e João Antonio Alvares despediram-se.

Dessa imprensa é que sahio á luz da publicidade o primeiro jornal da Provincia—*O Paraense*, em dias de Maio de 1822, fundado por Patroni para advogar a causa da independencia.

A linguagem do jornal aterrou os dominadores da Provincia, os quaes desde logo lançaram mãos de todos os meios no intuito de emmudecel-o.

Para melhor exito, serviram-se do Tenente Coronel Simões da Cunha, como socio da typographia, afim de que por seu valimento perante os redactores da folha fizesse cessar as censuras.

Baldado intento! o Tenente Coronel, então, tomou o expediente de retirar o capital com que em Lisboa auxiliara a compra da typographia, recebendo, em vista de combinação, uma certa porção de typos que julgou equivaler áquelle capital.

Conseguido isto, seduziu o typographo Daniel Garção, convencido, talvez, de não haver na capital quem podesse se incumbir da direcção do serviço.

Ainda assim *O Paraense* não soffreu nenhuma interrupção, sahindo com toda regularidade, sendo ignorado por todos quem fosse o novo typographo que com tanta pericia estava substituindo a Daniel.

Descoberto (a muito custo) que era Antonio Dias Ferreira Portugal, professor da instrucção primaria, o Governador das Armas resolveu que alta noite um grupo de soldados assaltassem a officina typographica, roubassem e destruissem tudo, bem assim que o Professor fosse recrutado para assentar praça no corpo de artilheria, onde receberia severo castigo.

Avisados em tempo, Patroni e José Baptista da Silva conseguiram frustrar completamente o plano.

Não desanimaram, porém, os seus adversarios, e dentro em pouco novo plano foi posto em pratica para retirar do jornal seu redactor chefe: em 25 de Maio Patroni foi conduzido preso para o Castello, por ordem do corregedor, sob o pretexto de ter sido processado em Lisboa, por falta de acatamento á pessoa do Monarcha, na falla que lhe dirigiu na audiencia de 22 de Novembro de 1821!

Das mãos de Patroni, quando preso e remettido para Lisboa, a redacção daquelle periodico passou-se ás dos entusiasticos Conego João Baptista Gonçalves de Campos e José Baptista da Silva que com energia ainda maior e amplamente desenvolveram a desunião entre Brasileiros e Portuguezes, aliciando a tropa e excitando os Paraenses a ameaçarem os Portuguezes de expulsão do Paiz e demissão dos cargos publicos.

Em Setembro desse anno (1822), o Conego Gonçalves de Campos foi preso e pronunciado com outros, em virtude de denuncias de promover uma revolução com o fim de se installar um Governo independente de Portugal.

Sendo solto, em Novembro, por Accordão da Junta de justiça e da Provisoria de que era Presidente o Dr. em medicina Antonio Correia de Lacerda, que protegia aos independentes, voltou á redacção d'*O Paraense*.

Era que a maioria da Junta Provisoria, principalmente o seu Presidente, com o fito de chamar a si a opinião publica e nullificar a força moral do Governador das Armas, com quem sempre andou melindrada por não ter este satisfeito algumas exigencias, julgou que o melhor meio para isto conseguir era a imprensa nas mãos dos que procuravam desmoralizal-o, e, assim, concedia decidida protecção aos redactores d'*O Paraense*, com o que a causa da independencia ganhou terreno.

Nada conseguindo perante a justiça, o Governador das Armas com o Coronel Villaza e outros seus partidarios entenderam que deviam tomar por si mesmos o

desforço legal: mandaram esperar o Conego Gonçalves de Campos por 3 homens que o feriram gravemente no rosto e na cabeça, quando á noite recolhia-se á sua casa.

Não obstante, *O Paraense* continuou em sua publicação.

Estas noticias que agora offereço aos leitores, colhi da interessante *Memoria* pelo Snr. Felipe José Pereira Leal sobre os acontecimentos politicos que tiveram logar no Pará em «1822 e 1823,» e dos *Motins* Politicos do Pará, do illustrado Brasileiro Dr. Domingos Antonio Rayol (depois Barão de Guajará).

Não sei si sobre a imprensa Paraense ha algum trabalho systematico; apesar dos esforços empregados não consegui obter informações a respeito.

Em 1823 já existia imprensa no Ceará, como comprovam documentos da epocha.

Manda a verdade historica que eu deixo, desde logo, aqui consignado caber ao Snr. José Henrique Teixeira de Andrade (actualmente exerce a profissão de typographo nesta Capital) a satisfação de haver feito, em 1895 na *Verdade*, valente órgão catholico desta Cidade, a necessaria rectificação a esse respeito, porquanto era crença accita por muitos que a primeira imprensa do Ceará fôra a enviada em 1824 ao Governo do Ceará pelo Governo de Pernambuco.

Essa crença já se ia propagando em escriptos, entre elles o do Snr. Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, na importante monographia: *Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco*, publicada no numero 39 da Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, que diz á pagina 48 nota 5.ª:

« Em 1824 já se achava tão desenvolvido o uso da imprensa em Pernambuco, e a arte typographica havia feito taes progressos que o presidente da Confederação do Equador Manoel de Carvalho Paes de Andrade pôde acudir aos reclamos do Rio Grande do Norte e do Ceará,

remettendo para as cidades do Natal e Fortaleza o material completo de duas typographias, sendo o prelo de uma dellas feito nas officinas do Trem Militar, hoje Arsenal de Guerra.

« Para o Ceará seguiu o habil impressor Francisco José de Salles para montar e dirigir os trabalhos da typographia, a primeira que alli houve e onde se imprimio o primeiro jornal—*O Diario do Governo do Ceará* que começou a sahir em 1.º de Abril de 1824, sob a redacção do padre Ignacio Loyola de Albuquerque Mello.»

Parece que o meu illustrado collega do Instituto do Ceará, o Snr. Dr. Guilherme Studart subscrive essa opinião, pois transcreveu-a para o seu interessante livro *Datas e Factos para a Historia do Ceará*, no segundo volume (editado em 1896) sem a menor ponderação, quando abaz a rectificação do Snr. José Henriques é de 1825, conforme já disse.

Como a imprensa do Ceará constitue o objecto principal desse meu humilde escripto, deixo para quando entrar no assumpto proprio todas as ponderações que tenho a faser. em apuro da verdade.

Agora apenas toquei de passagem nesse ponto, a isso mesmo em obediencia á ordem chronologica, que estou seguindo, assignalando o apparecimento da imprensa em cada uma das Provincias, hoje Estados do Brazil.

Apenas direi que o inditoso redactor do *Diario do Governo do Ceará*, que pagou bem caro o ardor de suas ideias, era o padre Gonçalves de Albuquerque de Mello Mororó e não Ignacio de Loyola, como escreveu o Dr. Costa Pereira.

Conforme o texto ha pouco transcripto, affirma o Snr Dr. Costa Pereira que, em 1824, Pernambuco forneceu uma typographia á Cidade do Natal, do Rio Grande do Norte.

Foi a primeira da Provincia?

Não nos disse.

Até agora não me tem sido possivel assignalar a

data do apparecimento da imprensa Norte Rio Grandense: baldados tem sido meus esforços.

Não conheço, nem me consta que haja trabalho algum systematico a tal respeito.

Sei que o primeiro jornal do Rio Grande sahio á luz da publicidade em 1832: era o *Natalense*, jornal politico, moral, litterario e commercial.

Appareceu na cidade do Natal, imprimindo-se na typographia *Natalense*, segundo leio no Catalogo da Exposição de Historia, de 1881.

Desse facto, porem, não se pode inferir a data do estabelecimento da imprensa; por quanto o apparecimento do jornalismo em cada uma das nossas antigas Provincias, nem sempre coincide com a introdução de sua imprensa.

Alem disto, algumas Provincias tiveram de recorrer, por motivos diversos, a outras de suas irmãs, para a publicação de alguns de seus periodicos e escriptos.

Citarei, para confirmar, alguns casos: o proprio Rio Grande do Norte teve de servir-se da imprensa do Ceará para a publicação de dous jornaes: *O Brado Natalense* e o *Nortista*, ambos sahidos, pela primeira vez, em dias de 1849, e o Maranhão (devia dizer no Maranhão para a resalva da dignidade da altiva Athenas Brasileira) mandou imprimir tambem no Ceará, talvez para furtar-se á responsabilidade da Lei, um immundo pasquim sob o titulo—*Phantasma*—(1869). Ha jornaes do Rio Grande do Norte impresso no Maranhão, por exemplo o *Sulista* (1849) e em Pernambuco, o *Jaguary* (1851).

Como se verifica das datas acima, isto dava-se quando no Rio Grande e no Maranhão existia, desde muito, a imprensa.

Tanto o *Brado Natalense* e o *Nortista*, bem assim o pasquim *Phantasma*, estão sendo incluídos nas *Listas e Catalogos*, como jornaes pertencentes ao Ceará.

Eu mesmo, em 1883, quando o *Cearense* publicou a *Lista* organizada pelo Snr. Austrichiano Padilha, a que já me referi n'outro logar, notando que o *Nortista* tinha sido excluído (*O Brado* o não foi) mandei uma rectifi-

cação a respeito, suppondo eu que *rectificava*, firmando-me então para assim proceder no Catalogo da Exposição de Historia, de 1881, que por equívoco o incluiu no numero dos jornaes do Ceará, quando, apenas, a impressão tinha-se dado nesta Capital.

O primeiro jornal publicado na Parahyba foi a *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*, que se imprimia na Typographia Nacional da *Parahyba*, de que era administrador Walter S. Boardman, subdito Inglez.

E' de 1826.

Dahi se vê que nessa epocha a imprensa já tinha sido introduzida na Provincia.

A resolução de 10 de Junho de 1830 (parte 3.ª) providenciou sobre o pagamento de uma typographia encomendada pelo Governo Provisorio daquella Provincia.

Nenhuma informação mais posso prestar aos bondosos leitores sobre a imprensa Parahybana.

Ignoro si ha algum trabalho systematico a respeito.

A imprensa Paulista é de 1827.

Foi fundada a esforços do Ouvidor da Comarca, Dr. José da Costa Carvalho, posteriormente Marquez de Monte Alegre.

Offereço aqui aos leitores as informações que consegui obter sobre o assumpto; extrahi-as da *Gazeta do Povo*, folha que se publicava na cidade de S. Paulo, de 7 de FEVEREIRO de 1882.

« Fazem hoje 55 annos que appareceu o primeiro jornal fundado nesta Provincia. Chamava-se o *Pharos Paulistano*. (40) Graças ao obsequio de um amigo podemos dar as seguintes informações aos nossos leitores:

(40) Devia dizer—*Farol*; assim é que o Marquez escrevia.

« O Ouvidor da Comarca Dr. José de Carvalho (depois Marquez de Monte Alegre) mandou vir em principio de 1827, uma pequena typographia com um prélo de madeira, e estabeleceu-a na rua Nova de S. José.

« O impressor que a servia era o hespanhol José Maria Roa que ha poucos annos falleceu, sendo o primeiro mestre desta arte em S. Paulo.

« O periodico *Pharos* era publicado ás quartas-feiras e sabbados, não tinha assignantes, vendia-se a 80 réis, cada numero, e viveu até o dia em que seu illustre redactor foi eloito para a regencia trina do imperio, depois da abdicação.

« Muitos brasileiros, que occuparam altas posições posteriormente no paiz, collaboraram naquella redacção, por muitos titulos credores de nossa admiração e respeito: taes foram o venerando Conselheiro Vicente Pires da Motta, o celebre advogado paulista Antonio Mariano de Azevedo Marques, o Conselheiro Manoel Odorico Mendes e o Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, litterato e lente da faculdade».

Sei que o operoso e intelligente moço, o Snr. Lafayette de Toledo, publicou, ha annoe, na imprensa diaria de S. Paulo uma interessante resenha dos jornaes Paulistanos e que, dando maior vulto, trata de fazer inseril-a na *Revista do Instituto de S. Paulo*, de que é digno socio.

O illustrado Snr. Dr. Engenheiro Antonio de Toledo Pisa, muito digno Director da Repartição de Estatistica e Archivo Publico de S. Paulo, em seu importante Relatorio de 1896 (41) inseria um quadro dos jornaes publicados no Estado.

Embora limitado aos jornaes daquelle anno, o quadro ou mappa merece ser lido por todos quanto se dedicam ao estudo das cousas patrias, pois constitue uma fonte de curiosas informações, visto como classifica os

(41) Teve S. S. a gentileza de offorecer-me um exemplar, pelo que me confesso grato.

ditos jornaes segundo a materia de que tratam, segundo a sua periodicidade, annos de existencia, numeros avulsos, tiragem media e, finalmente, linguas em que são redigidos.

Deixaram de ser contemplados dous orgãos da imprensa da Capital, (*O Correio Paulistano* e o *Diario Popular*), dous da Cidade de Santos, (*O Diario de Santos* e a *Tribuna do Povo*), e um da de Campinas, (*O Diario de Campinas*), por terem os respectivos Redactores se recusado a fornecer á Repartição de Estatistica as informações pedidas.

O Sr. Dr. Toledo Pisa consigna o inexplicavel facto da recusa e lamenta que isto se dê, pois não trata-se de pessoas ignorantes que tem receio de recrutamento e de impostos, mas sim de jornalistas, que sendo uma classe adiantada e progressiva, directora da opinião publica, deve-se presumir que sejam incapazes de negar o seu auxilio para a boa organização das estatísticas estaduaes, em geral, e do jornalismo em particular.

Isto succedia em um Estado adiantado, como S. Paulo, tratando-se de uma Repartição publica e de um chefe de grande valor e importancia social, em assumptos proprios da terra, de interesses reaes, afim do tornal-a conhecida, etc.

Imaginem, agora, os bondosos leitores o que não dá-se para comigo vivendo na obscuridade, completamente ignorado, sem titulo algum que me dê direito a pedir esclarecimentos sobre negocios que não pertencem ao Ceará (dirão por ahi, talvez) no intuito de saber um pouco!...

Que de recusas não tenho soffrido? que de esforços empregados para obter, aqui e alli, as noticias que vou offerecendo em minhas humildes *Notas*?!

Segue agora o Rio Grande do Sul.

Sobre a sua imprensa existe uma « Estatistica dos jornaes que se tem publicado no Rio Grande do Sul », trabalho este organizado pelo illustrado Sr. Dr. João

de Oliveira, digno lente do curso annexo da Academia do Recife, e que veio inserto no Almanach Popular Brasileiro, de 1897, que se publica em Pelotas sob a direcção de um intelligente e trabalhador moço, o Snr. Alberto F. Rodrigues.

E' uma relação nominal e em ordem alphabetica, indicando a data do apparecimento dos jornaes sahidos á luz da publicidade em diversos pontos d'aquelle Estado, desde 1828 até 1896.

Posteriormente, o Snr. Alfredo Ferreira Rodrigues, moço intelligente e talentoso investigador, publicou no *Diario do Rio Grande* umas interessantes «Notas para á Historia da imprensa no Rio Grande do Sul».

E' um estudo paciente e curioso que fornece valiosas informações não só quanto á imprensa, mas também quanto á Historia politica daquella Província, hoje Estado, desde que começou a publicar-se o primeiro jornal até 1845, quando fecha-se o cyclo revolucionario.

E' de esperar que o illustre escriptor, que possui uma bonita collecção de jornaes, e que tão brilhante desempenho deu a esta parte da historia indigena, continue na tarefa, a que se impoz, completando seu estudo sobre a imprensa até os nossos dias. (42).

Tanto no catalogo, ou *Estatística*, do Snr. Dr. João de Oliveira, como das *Notas*, de que acabo de fallar, se verifica que os jornaes mais antigos do Rio Grande do Sul, até agora conhecidos, sahiram á luz da publicidade, em Porto Alegre, em dias do anno de 1828 e são elles: *O Constitucional Rio Grandense*, que vem mencionado do *Courier du Brésil*, do Rio de Janeiro, segundo a affirmação do Snr. Alfredo Rodrigues, e «O Amigo do Homem e da Patria».

Affirma o Snr. Alfredo Rodrigues que possui um documento, uma *correspondencia*, em avulso, contra o commissario geral do exercito do Sul Albino Gomes Guerra

(42) Naquelle em que puder ser-lhe util a esse respeito, está a sua disposição offerece-lho, desde já, os meus preziosos.

de Aguiar, datado de 1.º de Maio daquelle anno, e que traz a indicação de ter sido impresso em *Porto Alegre, na typographia Rio Grandense*.

D'ahi se conclue que já naquella epocha a imprensa Rio Grandense havia sido fundada.

Em 1830 já havia imprensa em Goyaz, por quanto nesse anno começou a publicar-se um periodico que teve longa duração.

Era impresso na cidade de *Meyaponte*, na typographia de *Oliveira*. (43)

Denominava-se *Matutina Meyapontense*.

A imprensa Alagoana data de 1831:

Sua Historia, até 1870, já se acha escripta, e muito bem escripta, no *Esboço Historico acerca de fundação e desenvolvimento da imprensa nas Alagoas*, que se deve á habil penna do Secretario do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, Snr. Dr. João Francisco Dias Cabral, de saudosa memoria. (44)

De tão interessante escripto copio, textualmente, os seguintes periodos que porão os leitores a par do que occorreu sobre o assumpto :

« Quando o acontecimento de 7 de Abril de 1831 divulgou-se na provincia das Alagoas, já mal soffrido andava o espirito publico, contemplando as demasias da extorsão de quem fizera do poder um senhorio.

(43) Havia uma ponte, feita de 2 paus, que dava passagem para umas minas; succedeu que a correnteza das aguas lovasse um destes paus, ficando—«meia-ponte».

D'ahi a origem da denominação da cidade.

(44) Devo aqui consignar minha gratidão ao Snr. Dr. José Antonio Duarte, muito digno Secretario dos Negocios do Interior do Estado das Alagoas, que em resposta ao meu pedido as informações sobre a imprensa Alagoana, se dignou de obsequiar-me com um exemplar da «Revista» que publicou o *Esboço* e teve a gentileza de prestar-me novos esclarecimentos.

« A victoria do patriotismo deu elasterio á democracia executando o plano das aspirações longo tempo sofreadas e reagindo contra a caducidade que afeita á tutela da servidão procurava o arrimo da restauração.

« Para que o elemento dissolvente do passado não tolhesse o afan do patriotismo, a necessidade desenvolveu a ideia de associação: a villa de Maceió teve a sociedade patriótica; a cidade das Alagoas—a defensora da independencia. Como a diffusão da crença fortifica a fé e serve de correctivo á insidia do pasquim a abrigar-se na irreponsabilidade da treva e na estreiteza do manuscripto, mandou a sociedade patriótica de Maceió vir do Recife, por intermedio do presidente da provincia, uma typographia que aqui aportou em principios de Agosto de 1831, chegando logo o encarregado da administração acompanhado de alguns operarios.

« Não era muito provida de typos e custára 860\$905 réis, mas possuia um prélo de ferro, tendo por mesa uma pedra que se conserva ainda em poder do primeiro aprendiz o Snr. João Simplicio da Silva Maia.

« Estabelecida a officina na rua do Livramento casa n.º 3, agora 6, em meado de Agosto de 1831, sahio o *Iris Alagoense*, prenuncio da segura claridade, orgão da remida liberdade.

« Foi seu primeiro e unico redactor um francez, m.^{or} Adolphe Emille de Bois Garin, a quem a sociedade patriótica confiára sua causa, certa das habilitações do director do periodico moralista denominado *Espelho*, impresso na cidade do Recife.

« A' missão de escriptor juntava o francez a qualidade de administrador e a pericia de compositor e foi mestre dos Snrs. João Simplicio da Silva Maia e Bartholomeu José de Carvalho, os decâncs de nossos typographos.

« Era o *Iris Alagoense* um acanhado em 4.º, papel almasso, com duas columnas de impressão e tinha por epigrapho uma ostrophe de Beranger e o pensamento de Volney: a opinião publica acommettendo os reis sobre o throno hade contel-os nos limites de uma autoridade

legal. A assignatura importava em 2\$000 por trimestre, a folha avulsa em 80 rs. e distribuia-se ás quartas e sabbados.

« A 18 de Fevereiro de 1832 findou-se o *Iris*, publicando seu n.º 50 e passou a chamar-se *Federalista Alagoense*, por ter a patriótica tomado a denominação de federal, para que a inscripção correspondesse á ideia dominante então ».

Segundo lê-se na *Origem da imprensa no Brazil*, a primeira publicação feita na Província do Espirito Santo teve lugar em Victoria, em 1834; foi um jornal denominado *O Estafeta*, de que sahio apenas o primeiro numero: bem assim que a typographia foi estabelecida por *Ayres Vieira* que a passou em 1848 a Pedro Antonio de Aseredo, sendo o primeiro periodico *O Correio da Victoria*.

Entretanto, o illustrado Snr. Dr. Cesar Augusto Marques em seu importante Diccionario da Província do Espirito Santo, escreve o seguinte:

« A Lei Provincial n.º 17 de 30 de Julho de 1854 reconheceu ser Pedro Antonio de Aseredo o primeiro emprehendedor que estabeleceu typographia nesta Província, e como tal com o direito ao privilegio concedido pela Lei n.º 6 de 23 de Março de 1835 ».

Tenho a accrescentar que sobre esta ultima Lei foi ouvida a Secretaria dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, que em consulta declarou haver a Assembléa exorbitado de suas attribuições, visto como neste caso exerceu ella um acto de verdadeira execução de Lei, de privativa competencia da Administração Provincial, como consta do Aviso n.º 12 de 11 de Janeiro de 1855.

Em 1835 publicava-se um jornal em Piahy, denominado *O Correio da Assembléa Legislativa da Província do Piahy*.

E' o jornal mais antigo, de que tenho noticia, publicado naquella Província.

Imprimia-se em Oeiras, na typographia de Silveira & C.^a

Tambem nesse mesmo anno, Sergipe tinha um órgão representando sua imprensa, *O Noticiador Sergipense*.

Era impresso em *Sergipe*, typographia de *Silveira*.

Dahi se conclue que 1835, já existia imprensa nessas duas antigas Provincias.

Apesar de meus esforços, ainda não consegui saber a data exacta da fundação della, a quem se deve o seu estabelecimento, etc.

Não conheço escripto a respeito.

Na cidade de Cuyabá, de Matto Grosso, imprimia-se em 1847, uma gazeta na *Typographia Provincial*, o que prova que já naquelle tempo existia a imprensa naquella Provincia.

Denominava-se *A Gazeta Cuyabana*.

Nem uma informação mais posso dar aos leitores, pois não sei si ha algum trabalho, relativamente a tal assumpto e não me foi dado obter outros esclarecimentos.

No dia 1.^o de Março de 1852 inaugurava-se solemnemente a Provincia do Amazonas.

Foi um acto imponente.

A Camara Municipal da Capital deu posse ao Exm. Snr. João Baptista de Figueredo Tenreiro Aranha do alto cargo de Presidente da Provincia. Houve acção de graças á Mãe Santissima no Seminario Episcopal; depois S. Exc. seguido de grande prestito de pessoas gradas, dirigiu-se ao seu Palacio onde demorou-se o tempo indispensavel para dar posse ao Dr. Chefe de Policia, Inspector da Thesouraria e Commandante Superior da Guarda Nacional; voltando logo para o Paço da Municipalidade onde declarou installada a Provincia.

Findo o acto, seguiram todos os presentes á Egreja dos Remedios que então servia de Matriz, onde foi en-

toado um *Te-Deum*, em acção de graças, celebrado pelo Rvd. Vigário geral.

Ao meio dia houve cortejo á effigie de S. M. o Imperador, a que concorreram muitas pessoas da Cidade e de diversas Villas da nova Provincia. Antes desse acto na sala de espera, houveram diversos discursos.

O vapor de guerra *Guapiassú* embandeirou-se e abrihantou o acto solemne da posse e inauguração, com a presença de sua officialidade. A Guarnição da cidade formou em alas, assistiu ao *Te-Deum*, e depois do cortejo.

A' noite os habitantes illuminaram as frentes de suas casas, e grande numero de pessoas percorreram as ruas ao toque de musica dando vivas ás SS. MM. Imperiaes, á nossa Santa Religião, ao Exm. Presidente, á Assembléa Legislativa, á Independencia, á Constituição do Imperio, á prosperidade da nova Provincia.

Nessa mesma noite concorreram a Palacio as principaes familias da Capital para verem o retrato do Imperador; foi um segundo cortejo que o bello sexo quiz fazer, como unico meio de demonstrar o jubilo de que se achava apoderado pelo faustissimo acontecimento que nesse dia assignalado teve logar. Cantou-se o hymno nacional e houveram novos vivas.

Depois foi servido um profuso chá, achando-se presentes nessa occasião em Palacio cerca de 300 pessoas, que á meia noite despedindo-se, retiraram-se.

Foi a Lei Geral n.º 582 de 5 de Setembro de 1850 que conferiu á comarca do Alto Amasonas, da Provincia do Pará, a cathegoria de Provincia com a denominação de Amasonas, tendo por Capital a Villa da Barra do Rio Negro, em quanto a respectiva Assembléa não decretasse a sua mudança.

A 7 de Janeiro de 1852, isto é, seis dias depois, da inauguração da nova Provincia, sahio á luz da publicidade em sua Capital, o primeiro numero da *Estrella do Amasonas* que veio substituir ao *Cinco de Setembro*, jornal alli existente.

Vê-se, pois, que a imprensa Amasonense é anterior á installação da Provincia.

A denominação de—*Cinco de Setembro*—para aquelle jornal proveio da data—5 de Setembro de 1850, em que foi expedida a Lei que concedeu o predicamento da Provincia; donde resulta que o mencionado jornal iniciou a sua publicação entre fins de 1850 e principios de 1851.

O jornal mais antigo da Provincia de S. Catharina, de que tenho noticia, é de 1853.

Era impresso em Desterro, e denominava-se *O Conservador*.

O seu editor, que ao mesmo tempo era o impressor, assignava-se com as iniciaes --A. F. V.; não conseguí saber quem era.

Ignoro se ha algum trabalho sobre a imprensa de S. Catharina, que, pela publicação alludida, vê-se já existia naquella epocha.

O Paraná recebeu pela Lei n.º 704 de 29 de Agosto de 1853 o predicamento de Provincia, ficando desmembrado da de S. Paulo de que fazia parte integrante e era a 5.ª comarca, conforme a divisão civil adoptada em virtude do Código do Processo.

A dosenove de Dezembro desse mesmo anno, o conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos, installava com as formalidades officiaes a nova Provincia, no character do seu primeiro presidente e fundador.

Logo em Abril do anno seguinte, (1854) Candido Martins Lopes estabelecia uma officina typographica e fundava um jornal.

Offereço aqui aos leitores as seguintes informações que gentil e bondosamente se serviu de prestar-me o illustre e operoso Director Geral da Secretaria dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação daquelle Estado, o Snr. José Gonçalves Moraes, a quem hypotheco a minha gratidão.

« A Imprensa foi estabelecida no Paraná em 1.º de Abril de 1854, a esforços de Candido Martins Lopes

proprietario e redactor do primeiro jornal que aqui appareceu naquella data e cujo titulo era «Desenove de Dezembro» commemorando assim a installação da nova Provincia.

«Começou como jornal official do Governo que installou a Provincia, depois de sua separação da de S. Paulo, passando em seguida a orgão do então partido liberal. Terminou a sua longa e gloriosa carreira, de 37 annos, em Março de 1890.

«Era, nos primeiros tempos, publicação hebdomadaria, passando a diario nos seus ultimos 6 annos.

«O primeiro livro impresso no Paraná foi a «Collecção das Leis e Regulamentos da Provincia do Paraná do anno de 1854» e o primeiro livro de litteratura (?) foi uma «Noticia sobre a industria de herva-matte», escripta por Manoel Alves de Paula, natural de Paranaguá».

A estas informações tenho, apenas, a acrescentar que a imprensa foi estabelecida em Curityba, que pela Lei Provincial de S. Paulo, n.º 5 de 5 de Fevereiro de 1842 já gosava os foros de cidade e pela Lei n.º 1 de 26 de Julho de 1854, do Paraná, foi constituida em Capital da Provincia.

Eis ahi, bondosos leitores, o resultado do meu estudo, de minhas investigações, relativamente á imprensa e jornalismo Brasileiro.

Si ha equívocos e lacunas, estas devem ser attribuidas á minha incompetencia, á falta de elementos para preencher-as, e aquelles ás fontes a que recorri, onde bebi as informações que deixei apontadas, as quaes mencionei uma a uma.

Agora, passo a occupar-me do principal objecto de minhas humildes *Notas*: a imprensa e jornalismo Cearense.

(Continúa).
